

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO
SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 1.º SEMESTRE DE 2012

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artigo 48.º alínea d) da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, apresenta-se relatório informativo sobre a situação económica e financeira do **Município de Celorico da Beira**, reportada ao período de 6 meses findo em 30 de Junho de 2012, incluída nos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 4.637.588,28 € de despesa paga e um total de 4.970.159,66 € de receita cobrada), no Balanço (que evidencia um total de ativo líquido de 45.765.435,29 € e um total de fundos próprios de 8.051.841,71 €, incluindo um resultado líquido negativo de 135.784,69 €) e na Demonstração dos resultados.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Órgão Executivo Municipal:
 - a) a preparação de informação financeira histórica e orçamental de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites;
 - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade, a execução orçamental, a posição financeira ou os resultados da entidade; e
4. A nossa responsabilidade consiste em analisar a informação financeira e orçamental contida nos documentos acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ANÁLISE ORÇAMENTAL

5. A execução orçamental revela os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 1 – Execução Orçamental da Despesa (em Euros) em Junho de 2012

Classif. Económica da Despesa		Dotação	Compromissos	Saldo	Grau Exec. efectiva	Despesas pagas	Saldo	Grau Exec. Orç Jun 12	Grau Exec. Orç Jun 11	Grau Exec. Orç Dez 11
Ci.	Designação	Corrigida	assumidos							
1	Despesas com pessoal	4.387.251,00	2.453.256,49	1.933.994,51	55,92%	1.617.672,13	2.769.578,87	36,87%	39,63%	80,03%
2	Aquisição de bens e serviços	6.563.860,00	5.362.668,47	1.201.191,53	81,70%	1.042.163,08	5.521.696,92	15,88%	9,65%	30,08%
3	Juros e outros encargos	1.132.900,00	622.793,76	510.106,24	54,97%	107.358,94	1.025.541,06	9,48%	5,92%	50,98%
4	Transferências correntes	243.717,00	146.363,44	97.353,56	60,05%	36.099,34	207.617,66	14,81%	14,40%	34,98%
5	Subsídios	410.000,00	347.956,88	62.043,12	84,87%	347.956,88	62.043,12	84,87%	76,23%	99,05%
6	Outras despesas correntes	523.760,00	474.215,06	49.544,94	90,54%	74.724,00	449.086,00	14,27%	12,68%	18,63%
	DESPESAS CORRENTES	13.261.488,00	9.407.254,10	3.854.233,90	70,94%	3.225.974,37	10.085.513,68	24,33%	24,10%	52,71%
7	Aquisição de bens de capital	7.083.982,00	4.897.292,87	2.186.689,13	69,13%	856.378,92	6.227.603,08	12,09%	2,52%	13,46%
8	Transferências de capital	288.880,00	131.488,76	157.441,24	45,50%	19.908,38	268.971,62	6,89%	1,30%	25,98%
9	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
10	Passivos financeiros	2.126.950,00	367.390,36	1.759.559,64	17,27%	282.073,68	1.844.876,32	13,26%	13,40%	46,00%
11	Outras despesas de capital	254.010,00	253.252,98	757,02	99,70%	253.252,98	757,02	99,70%	0,00%	0,00%
	DESPESAS DE CAPITAL	9.753.822,00	5.649.374,92	4.104.447,08	57,92%	1.411.613,91	8.342.208,09	14,47%	4,54%	21,80%
	TOTAL DE DESPESAS	23.015.310,00	15.056.629,02	7.958.680,98	65,42%	4.637.588,28	18.377.721,72	20,15%	15,22%	40,99%

Mapa 2 – Execução Orçamental da Receita (em Euros)

Classif. Económica da Receita	Previsões	Receita Cobrada	Saldo	Grau Exec. Jun 12	Grau Exec. Jun 11	Grau Exec. Dez 11
Ci.	Designação	Corrigidas	Liquida			
1	Impostos directos	758.610,00	464.100,70	-294.509,30	61,18%	112,24%
2	Impostos indirectos	26.350,00	19.524,44	-6.825,56	74,10%	147,14%
4	Taxas, multas e outras penalidades	493.650,00	222.734,71	-270.915,29	45,12%	385,18%
5	Rendimentos da propriedade	750,00	34,80	-715,20	4,64%	41,07%
6	Transferências correntes	11.022.513,00	1.998.307,24	-9.024.205,76	18,13%	38,22%
7	Venda de bens e serviços correntes	939.205,00	295.088,79	-644.116,21	31,42%	51,06%
8	Outras receitas correntes	20.410,00	1.552,36	-18.857,64	7,61%	389,86%
	RECEITAS CORRENTES	13.261.488,00	3.001.343,04	-10.260.144,96	22,63%	47,25%
9	Venda de bens de investimento	4.766.163,00	0,00	-4.766.163,00	0,00%	0,00%
10	Transferências de capital	4.982.859,00	1.968.154,35	-3.014.704,65	39,50%	64,33%
11	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
12	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	57,76%
13	Outras receitas de capital	3.300,00	0,00	-3.300,00	0,00%	375,38%
	RECEITAS DE CAPITAL	9.752.322,00	1.968.154,35	-7.784.167,65	20,18%	32,16%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	1.500,00	662,27	-837,73	44,15%	2373,93%
16	Saldo da gerência anterior	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
	OUTRAS RECEITAS	1.500,00	662,27	-837,73	44,15%	101,85%
	TOTAL DE RECEITAS	23.015.310,00	4.970.159,66	-18.045.150,34	21,60%	41,66%

Mapa 3 – Indicadores de Análise da evolução da Despesa

Rátios de estrutura da despesa	Considerando despesa paga		Considerando despesa comprometida	
	Jun-12	Jun-11	Jun-12	Jun-11
Receita total / Despesa total	107,17%	111,11%	33,01%	36,35%
Receita corrente / Despesa corrente	93,04%	95,73%	31,90%	35,10%
Receita capital / Despesa capital	139,43%	208,99%	34,84%	40,53%
Despesa Pessoal / Despesa Total	34,88%	57,07%	16,29%	25,56%
Aq. Bens Serviços / Despesa Total	22,47%	14,37%	35,62%	38,31%
Aq. Bens Capital / Despesa Total	18,47%	5,94%	32,53%	18,63%
Serviço da Dívida / Despesa Total	6,08%	7,54%	2,44%	2,94%
Receitas próprias / Despesa Total	21,64%	26,49%	6,67%	8,67%
Transferências recebidas / Despesa Total	85,53%	84,62%	26,34%	27,68%
Juros e outros encargos / Despesa Total	2,31%	2,13%	4,14%	5,88%

Mapa 4 – Indicadores de Análise da evolução da Receita

Rátios de estrutura da receita	Jun-12	Jun-11
Receitas próprias / Receita total	20,19%	23,84%
Transferências recebidas / Receita Total	79,81%	76,16%
Passivos Financeiros / Receita Total	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros / Despesa Total	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros / Serviço da Dívida	0,00%	0,00%

6. Considerando o mapa referente à execução da despesa, verificou-se uma aproximação à execução da totalidade das outras despesas de capital, seguindo-se as transferências de subsídios com um grau de execução orçamental de, respectivamente, 99,7% e 84,87%. As restantes rubricas correntes e de capital registam graus de execução inferiores aos compromissos assumidos, sendo que reportando-se esta informação às contas semestrais, os graus de execução orçamental deveriam situar-se, em média, próximo dos 50%.

No que se refere às despesas com pessoal, o grau de execução ronda os 37%. A principal divergência assenta essencialmente em compromissos assumidos em encargos com saúde (ADSE) e ainda não paga. A aquisição de bens e serviços também apresenta um grau de execução orçamental baixo, uma vez que as despesas pagas representam cerca de 16% dos compromissos assumidos, isto é, este índice traduz dívida assumida e não regularizada a fornecedores.

O grau de execução das despesas correntes foi de 24,33% em Junho de 2012 quando em Junho de 2011 foi de 24,1%. Ao nível das despesas de capital o grau de execução do orçamento foi de 14,47% sendo que em igual período do ano anterior atingiu 4,5%.

Considerando a despesa global (corrente e capital), o grau de execução orçamental é cerca de 20,15%, tendo em igual período do ano anterior atingido 15,22%.

De uma forma genérica, os baixos graus de execução orçamental da despesa encontram-se relacionados com um baixo volume de despesa paga em relação ao valor das dotações corrigidas para a despesa resultantes do acumulado dos compromissos assumidos.

7. Ainda ao nível da despesa já paga, da análise das reconciliações bancárias resulta o valor de 358.796,99 € que corresponde a amortizações de empréstimos e outras despesas e o montante de 150.905,70 € relacionado com penhoras de contas bancárias a favor de fornecedores, montantes não considerados na execução orçamental da despesa. Os compromissos já assumidos encontram-se relevados por insuficiência em cerca de 800.000,00 € em resultado da não consideração de juros e faturas datadas do primeiro semestre de atividade e apenas registadas no segundo semestre.
8. Nos termos do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, a Empresa Municipal EMCEL deverá ser objeto de dissolução, pelo que dependendo das opções tomadas após esta fase, poderá implicar um acréscimo significativo ao nível dos compromissos assumidos. Considerando que estas disposições legais deverão ser tomadas no prazo de 6 meses desde a entrada em vigor da presente Lei (1 de Setembro), tal efeito poderá ter implicações significativas ao nível da execução orçamental do exercício de 2012.
9. Considerando a execução orçamental da receita, globalmente, e tal como para as despesas, o seu grau de execução orçamental é ligeiramente superior ao verificado em igual período do exercício anterior, isto é, atingiu 21,6% contra 16,91% em igual período do ano transato.
No que se refere às receitas de capital, apenas foram executados 20,18% contra os 9,5% verificados em igual período do ano anterior. Essencialmente o baixo grau de execução orçamental ficou a dever-se à não realização da venda de bens de investimento e não cobrança de transferências de capital.
Analisando as receitas correntes, o grau de execução orçamental de 22,63% é ligeiramente inferior ao verificado em igual período do exercício transato que foi de 23,07%. Para este efeito contribuiu o decréscimo da cobrança de receitas relacionadas com impostos diretos e indiretos, taxas multas e outras penalidades.
10. Face ao já descrito no ponto anterior, na ótica da despesa paga, a cobertura da despesa corrente pela receita corrente foi de 93% quando em igual período do ano anterior havia sido de 96%. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, as despesas correntes foram suportadas em 32% pelas receitas correntes quando no ano anterior aquela relação era de 35%.

Considerando as receitas e as despesas de capital, na ótica da despesa paga, em Junho de 2012 verifica-se um decréscimo face a Junho de 2011, isto é, as despesas de capital foram cobertas com receitas de capital em 139% em 2012 e em 209% no ano de 2011. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, no ano de 2011 as despesas de capital encontravam-se cobertas em 40,53%

pelas receitas de capital, quando em 2012 as despesas de capital apenas se encontravam cobertas em cerca de 35%.

11. No que se refere às receitas próprias, identifica-se um ligeiro decréscimo, face a igual período do ano anterior, isto é, passaram de 1.034.318,45 € em Junho de 2011 para 1.003.698,07 € em Junho de 2012 (menos 30.620,38€). Este efeito implicou um decréscimo da cobertura das despesas totais com este tipo de receitas. Assim, na ótica da despesa paga, as receitas próprias permitem cobrir, em Junho de 2012, 21,64% das despesas totais, quando em igual período do ano anterior este indicador era apenas de 26,49%. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, a evolução é igualmente desfavorável, sendo que as despesas totais são cobertas, em Junho de 2012, por 6,67% das receitas próprias em 2011 e 8,67% em igual período do ano anterior.
12. Ainda relacionado com a execução da receita, devemos referir a divergência entre as receitas previstas e as receitas líquidas cobradas, sendo os casos mais relevantes ao nível das transferências correntes (grau de execução do orçamento foi de 18% em Junho de 2012 contra 19% em igual período do ano anterior) e vendas de bens e serviços correntes (grau de execução orçamental de 31% em Junho de 2012 contra 18% em Junho de 2011), venda de bens de investimento (neste caso sem qualquer receita líquida cobrada) e transferências de capital a obter (grau de execução orçamental de 39,5% em Junho de 2012 contra 16% em igual período do ano anterior). Os graus de execução orçamental deste tipo de receitas verificadas até Junho de 2012, excetuando a cobrança de “taxas, multas e outras penalidades”, “outras receitas correntes” e “transferências de capital”, não diferem substancialmente dos verificados em períodos anteriores, pelo que se recomenda maior rigor na elaboração dos orçamentos, sobretudo da parte relacionada com a receita de modo a obter graus de execução que se mostrem exequíveis face ao histórico verificado em períodos anteriores.
13. A despesa comprometida até 30 de Junho de 2012 mostrou-se superior em 10.086.469,36 em relação à receita cobrada, quando este valor ascendia a 9.907.836,77 € no final de 2011, constituindo este um indicador negativo em termos evolutivos, mostrando dificuldades do Município em proceder à liquidação atempada dos seus compromissos.

ANÁLISE ECONÓMICA

14. Os custos e os proveitos revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 5 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos (em Euros)

Proveitos e Ganhos		Jun-12	%	Jun-11	%	Dez-11	%
Cl.	Designação						
71	Vendas e prestações de serviços	211.874,06	5,11%	210.927,35	4,68%	494.372,31	10,97%
72	Impostos e taxas	615.536,39	14,84%	591.370,73	13,12%	1.311.517,39	29,11%
73	Proveitos Suplementares	154.772,79	3,73%	96.808,35	2,15%	339.119,85	7,53%
74	Transferências e subsídios obtidos	2.911.674,19	70,18%	3.286.040,00	72,93%	6.404.931,80	142,15%
75	Trabalhos para a própria entidade	57.978,87	1,40%	52.360,69	1,16%	137.489,56	3,05%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
78	Proveitos e ganhos financeiros	444,69	0,01%	355,47	0,01%	1.035,02	0,02%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	196.697,07	4,74%	267.914,37	5,95%	939.653,66	20,85%
TOTAL DE PROVEITOS		4.148.978,06	100,00%	4.505.776,96	100,00%	9.628.119,59	100,00%

Mapa 6 – Estrutura dos Custos e Perdas (em Euros)

Custos e Perdas		Jun-12	%	Jun-11	%	Dez-11	%
Cl.	Designação						
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	193.602,86	4,52%	160.979,63	3,30%	437.816,57	8,98%
62	Fornecimentos e serviços externos	892.206,57	20,82%	971.760,34	19,94%	2.157.141,99	44,25%
63	Transf. e subsíd. corr. conced. e prest. sociais	383.927,23	8,96%	448.255,35	9,20%	666.618,35	13,68%
64	Custos com o pessoal	1.707.254,49	39,84%	2.251.510,51	46,19%	3.958.134,31	81,20%
65	Outros custos e perdas operacionais	27.596,26	0,64%	21.434,90	0,44%	47.257,27	0,97%
66	Amortizações do exercício	620.097,36	14,47%	638.611,40	13,10%	1.285.551,02	26,37%
67	Provisões do exercício	2.985,44	0,07%	736,36	0,02%	105.842,07	2,17%
68	Custos e perdas financeiros	339.379,95	7,92%	220.403,02	4,52%	594.797,29	12,20%
69	Custos e perdas extraordinários	117.712,59	2,75%	160.730,51	3,30%	912.144,51	18,71%
TOTAL DE CUSTOS		4.284.762,75	100,00%	4.874.422,02	100,00%	10.165.303,38	100,00%

15. A estrutura de proveitos, apesar de ter diminuído 356.798,90 € face a igual período do ano anterior, em termos qualitativos não sofreu alterações dignas de registo face ao período anterior. O decréscimo identificado resulta de menor valor obtido de “Transferências e Subsídios” (menos 374.365,81 €) e de valores relacionados com “Proveitos e Ganhos Extraordinários” (menos 71.217,30 €), sendo que estes resultam, na sua generalidade, da transferência do valor dos subsídios ao investimento na quota-parte correspondente ao valor das amortizações do período. Com exceção das rubricas atrás mencionadas, as restantes apresentam ligeiros acréscimos face a igual período do ano anterior (globalmente mais 88.784,21 €).
16. No que se refere á estrutura de custos, em termos globais, são inferiores em 589.659,27 € em relação aos verificados em igual período do exercício anterior. Apenas no que se refere a “Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas” (mais 32.623,23 €), “Outros custos operacionais” (mais 6.161,36 €), “Provisões do exercício” (mais 2.249,08 €) e “Custos e Perdas Financeiros” (mais 118.976,93 €) se registaram acréscimos no período, sendo de destacar o efeito dos encargos financeiros fruto do nível de endividamento existente. As restantes rubricas não mencionadas

apresentam decréscimos face ao verificado em igual período do exercício anterior. Dos decréscimos verificados, destacam-se os “Custos com o pessoal” (menos 544.256,02 €) em resultado da diminuição do número de funcionários afetos ao Município por força do cumprimento de disposições legais sobre esta matéria.

17. Embora a estrutura de custos tenha diminuído significativamente face ao ano anterior (menos 589.659,27 €), o resultado obtido é ainda negativo (135.784,69 €), embora tenha registado uma evolução positiva face ao registado em igual período do ano transato (368.645,06 €).

ANÁLISE FINANCEIRA

18. As dívidas a receber e a pagar revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 7 – Dívidas de terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	Jun-12	%
211+212+213	Clientes, contribuintes e utentes c/c	118.774,25	14,61%
218	Clientes, contribuintes e utentes de cob. duvidosa	20.785,70	2,56%
24	Estado e outros entes públicos	34.885,50	4,29%
264	Administração Autárquica	0,00	0,00%
262+263+267+268	Outros Devedores	638.767,02	78,55%
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00%
	Total Curto Prazo	813.212,47	100,00%
	Total Médio Longo Prazo	0,00	0,00%
	TOTAL DE DÍVIDAS DE TERCEIROS	813.212,47	100,00%

Mapa 8 – Dívidas a terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	Jun-12	%
2311	Empréstimos de curto prazo	2.922.681,88	12,13%
221	Fornecedores c/c	2.278.620,35	9,46%
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	1.579.664,77	6,56%
217	Clientes e utentes c/cauções	35.927,11	0,15%
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	4.476.958,81	18,59%
2618	F. imobilizado - Facturas em recepção e conferência	1.358.620,81	5,64%
24	Estado e outro entes públicos	834.043,07	3,46%
264	Administração Autárquica	0,00	0,00%
262+263+267+268	Outros credores	2.730.031,36	11,33%
	Total Curto Prazo	16.216.548,16	67,32%
2312	Dívidas a instituições de crédito	7.872.388,60	32,68%
2689	Outros credores	0,00	0,00%
	Total Médio Longo Prazo	7.872.388,60	32,68%
	TOTAL DE DÍVIDAS A TERCEIROS	24.088.936,76	100,00%

19. Considerando os compromissos já assumidos não faturados (i.e., por relevar na contabilidade patrimonial) no valor de 4.073.108,23 €, aferem-se responsabilidades financeiras totais de 28.162.044,99 € no final do 1.º semestre de 2012, representando um acréscimo de 367.365,70 € em relação ao final do exercício anterior.

20. No âmbito da **Lei das Finanças Locais - Capítulo IV**, verifica-se que:

- a) É excedido o limite previsto no n.º 1 do seu art.º 37.º.
- b) Em relação ao final de 2011, foi aumentado em 1.964.586,17 € o montante que excede o seu limite de endividamento líquido, verificando-se o incumprimento da disposição do n.º 2 do seu art.º 37.º. que obriga à redução de 10% em cada ano subsequente, do excesso do limite de endividamento líquido até que este seja cumprido.
- c) Considerando o estabelecido no Orçamento de Estado (OE) para 2012 (L Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro) que determina no artigo 66.º que o valor do endividamento líquido em 31 de Dezembro de 2012 calculado com base na LFL não pode exceder o valor que existia em 31 de Dezembro de 2011, o endividamento líquido existente em 30 de Junho de 2012 havia ultrapassado aquele limite, pelo que deverão ser tomadas medidas conducentes ao cumprimento das disposições legais.
- d) É excedido o limite previsto no n.º 2 do seu art.º 39.º.

Viseu, xx de Setembro de 2012

O Revisor Oficial de Contas

A. Figueiredo Lopes & Manuel Figueiredo, SROC n.º 85,
Representada por Alberto Henrique de Figueiredo Lopes, ROC n.º 710